

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6221	13563/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: 3ª Edição do Programa Viva O Bairro – Aprovação das minutas dos protocolos a celebrar

Considerando que:

- O Programa Viva o Bairro foi criado e gerido pelo Município de Braga em parceria com BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.
- Este Programa nasceu como resultado de uma dinâmica colaborativa, promovida pelas entidades acima referidas e dinamizada pelo Human Power Hub | Centro de Inovação Social de Braga, com as Associações de Moradores do concelho.
- A concretização do Programa é assegurada através das dinâmicas que resultam da realização de Assembleias de Moradores, com carácter informal, que se assumem como um espaço de concertação e discussão de projetos no sentido de garantir “a existência de um habitat que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais”, tal como previsto no n.º 2 do Artigo 14.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada através da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro.



4. O Município de Braga pretende, com este Programa, continuar a dar resposta às necessidades identificadas pelas comunidades, em função dos seus contextos, apoiando diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando a intervenção nos domínios da Cidadania, Educação, Emprego, Exclusão Social, Solidariedade Comunitária, Desporto, Saúde e Bem-Estar.

5. São objetivos específicos do Programa Viva o Bairro os seguintes:

a) Promover o desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;

b) Contribuir para uma efetiva melhoria dos espaços intervencionados de forma a permitir e reforçar a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos;

c) Criar um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e da iniciativa local.

6. Terminada a fase de apreciação das candidaturas, foi proposto pelo júri lista final de candidaturas aprovadas, com a respetiva pontuação, e minuta de protocolo de transferência de verbas.

7. Conforme estabelecido no artigo 13.º do respetivo regulamento, após a publicitação da lista definitiva das candidaturas admitidas, os promotores serão notificados para a assinatura de um protocolo com o Município de Braga e com a BragaHabit, cuja respetiva minuta será aprovada pela Câmara Municipal e no qual serão determinadas as principais condições a observar na execução dos respetivos projetos, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação dos apoios financeiros e não financeiros concedidos.

Em face do exposto, para cumprimento do estabelecido no artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, 3ª Edição, propõe-se que o Executivo Municipal aprove as minutas dos protocolos a celebrar com os promotores das candidaturas aprovadas, conforme informação em anexo.

Anexo 1: Minutas dos protocolos

Anexo 2: Despacho de aprovação da lista final das candidaturas

Anexo 3: Atas do júri e respetivos anexos

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRACETA DIAMANTINO MARTINS NO
ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores da Praceta Diamantino Martins** pessoa coletiva n.º 518 194 337, com sede na Praceta Padre Diamantino Martins, n.º 36, 4700-000 Braga, neste ato representada por António Manuel Silva Fernandes, na qualidade de Presidente de Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no



Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;

- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 8 000€, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA- DELEGAÇÃO DE BRAGA NO ÂMBITO DA 3ª
EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Cruz Vermelha de Braga – Delegação de Braga**, pessoa coletiva n.º 500 745 749 com sede na Avenida 31 de Janeiro, n.º. 317, 4700-000 Braga, neste ato representada por Júlio Manuel Faceira Guedes, na qualidade de Presidente da Delegação de Braga, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Complicação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 17 500 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MONTÉLIOS E SÃO FRUTUOSO NO
ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores de Montélios e São Frutuoso**, pessoa coletiva n.º 514 206 705, com sede na Rua Padre Manuel Guimarães, 130, 2.º. esquerdo, 4700-000 Braga, neste ato representada por Adolfo Viana Soares dos Reis, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO FUJACAL E CONSELHEIRO LOBATO NO
ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores do Fujacal e Conselheiro Lobato**, pessoa coletiva n.º 502 774 770, com sede na Avenida da Liberdade 490, r/c, 4700-000 Braga, neste ato representada por Carlos Rafael Nogueira Gonçalves, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumprir aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ALEGRIA NO ÂMBITO DA 3ª
EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores do Bairro da Alegria**, pessoa coletiva n.º 514 363 827., com sede na Rua de S. Vítor, n.º. 11, 4700-000 Braga, neste ato representada por Sebastião Justino da Cunha Ribeiro na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000€, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025..

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpra aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO JUVENIL “A BOGALHA” NO ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO
PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação Juvenil “A Bogalha”**, pessoa coletiva n.º 501 947 701, com sede na Rua Álvaro Dória, 33, 4700-000 Braga, neste ato representada por Adolfo Eduardo Castro Fernandes, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpra aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E A ASSOCIAÇÃO PARRETAS TEAM NO ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação Parretas Team**, pessoa coletiva n.º 516 364 340, com sede no Largo de S. Paulo, n.º. 13, Loja D, 4700-000 Braga, neste ato representada por Pedro Miguel Pereira Ferraz, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Complicação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpra aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO REDE DO BEM NO ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA
VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação Rede do Bem**, pessoa coletiva n.º 517 387 999, com sede na Rua da Boavista, n.º 152, 4700-000 Braga, neste ato representada por Alan Maia Silva, na qualidade de Presidente da direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Complicação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 17 500 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025..

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SOCIAL DAS ENGUARDAS NO
ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas**, pessoa coletiva n.º 509 619 347, com sede na Rua Senhor da Paz, Bloco E, Loja 4, 4700-000 Braga, neste ato representada por António José da Costa Araújo na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOGUEIRA DA SILVA NO
ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva**, pessoa coletiva n.º 502 998 148, com sede no Bairro Nogueira da Silva, Edifício do ATL, 4700-000 Braga, neste ato representada por Rui Rodrigues dos Santos, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 6 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025..

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA -
MAXISECI NO ÂMBITO DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação Solidariedade Social Cultural Recreativa - MaxiSeCi**, pessoa coletiva n.º 513 119 337, com sede na Rua D. Afonso Henriques, 1 2º. 4700-000 Braga, neste ato representada por António Silva Fernandes, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 11 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.º 4, do artigo 5 do D.L. nº 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpra aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024



**PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, A BRAGAHABIT E
A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DAS ANDORINHAS NO ÂMBITO
DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

A **BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E. M.**, pessoa coletiva n.º 504 537 784, com sede na Rua D. Paio Mendes, n.º 51, 4700-424 Braga, neste ato representado por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo, em exercício de funções, adiante designado como Segundo Outorgante,

E

A **Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas**, pessoa coletiva n.º 505 462 796, com sede no Bairro das Andorinhas., Loja 9 4700-000 Braga, neste ato representada por Flávio José da Silva Vieira, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado como Terceiro Outorgante.

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo é celebrado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 5.º e no Artigo 13.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, determinando as condições a observar na execução do respetivo projeto, com especial incidência no que se refere à atribuição e aplicação do apoio financeiro e não financeiro a conceder, nos termos da candidatura apresentada pelo Terceiro Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante obriga-se no presente protocolo ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município e a BragaHabit no acompanhamento e cumprimento do presente protocolo;
- b) Executar o projeto, objeto deste protocolo, fazendo referência ao Programa Viva o Bairro e à parceria com o Município de Braga e a BragaHabit, através de menção expressa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes de divulgação, promoção ou difusão das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;



- c) Produzir relatórios de progresso, de acordo com os seguintes escalões de financiamento, indicados no Artigo 16.º, para aferir do cumprimento das obrigações constantes neste protocolo;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga ou pela BragaHabit, no âmbito do objeto do presente protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- f) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente protocolo.

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante/Comparticipação financeira)

- 1. Para a prossecução do desenvolvimento do projeto mencionado na Cláusula Primeira, o Primeiro Outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao Terceiro Outorgante, através de um apoio para efeitos do desenvolvimento do projeto que foi objeto da candidatura ao Programa Viva o Bairro.
- 2. O valor do apoio, de acordo com a candidatura aprovada, será de 20 000 €, com IVA Incluído.
- 3. A verba em causa será atribuída mediante a seguinte calendarização:
 - a) 25%, a título de adiantamento, até ao dia 31 de janeiro de 2025;
 - b) 25%, após entrega e validação do relatório do 1º trimestre, até ao dia 30 de abril de 2025;
 - c) 25%, após entrega e validação do relatório do 2º trimestre, até ao dia 30 de setembro de 2025;
 - d) 25%, após entrega e validação de todas as faturas elegíveis, até ao dia 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 4.ª

(Afetação da Verba)

- 1. A verba atribuída no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo o Terceiro Outorgante utilizá-la para outros fins, sob a pena de rescisão unilateral imediata deste protocolo, por parte do Primeiro Outorgante.
- 2. Os financiamentos atribuídos pelo Município com vista à execução dos respetivos projetos ou ações admitidas podem ser complementados pelo Terceiro Outorgante ou pelas entidades parceiras através de outros apoios e recursos, desde que devidamente declarados e sem incorrer em situações de duplo financiamento das mesmas atividades.
- 3. Caso se confirmem situações de aplicação irregular dos apoios concedidos e/ou informação insuficiente sobre a aplicação dos mesmos, o Terceiro Outorgante ficará obrigado a restituir os montantes indevidamente aplicados e/ou impedida de apresentar novos projetos em futuras edições do Programa, sem prejuízo das demais consequências legalmente determinadas que se mostrem aplicáveis na situação concreta.



CLÁUSULA 5.^a
(Enquadramento legal)

1. O presente protocolo fica sujeito aos princípios gerais da atividade administrativa (Código do Procedimento Administrativo) e aos princípios gerais da contratação pública, previstos no artigo 1º-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. De acordo com a alínea c), do n.4, do artigo 5 do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, ao presente protocolo não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos.
3. De acordo com o artigo 290-A do D.L. nº111-B/2017, de 31 de agosto que aprova o Código dos Contratos Públicos, é designado como Gestor do Contrato, o Diretor de Departamento, a exercer funções do Departamento de Educação e Coesão Social, Joaquim Castro de Freitas.

CLÁUSULA 6.^a
(Prazo de Execução dos Projetos)

1. O Terceiro Outorgante deve comunicar antecipadamente à BragaHabit e ao Município de Braga a data de início e conclusão do seu projeto.
2. A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa Viva o Bairro deverá estar concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data deste protocolo.

CLÁUSULA 7.^a
(Monitorização)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a produzir relatórios de progresso, de acordo com os escalões de financiamento:
 - a) Para ações até 5.000,00 €, um relatório final de execução;
 - b) Para ações superiores a 10.000,00 €, relatórios trimestrais de execução.
2. Estes relatórios serão apreciados pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos que verificará a conformidade da execução física e financeira do mesmo.
3. A não conformidade com o projeto ou a não apresentação de relatórios de execução poderá implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído, bem como a inibição de apresentação de candidaturas em futuras edições do Programas, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.
4. Cumpre aos serviços competentes da BragaHabit e respetiva Equipa Gestora do Programa, o acompanhamento dos projetos apoiados, podendo, nesse âmbito, solicitar a qualquer momento as informações que considerem necessárias sobre as intervenções e atividades no decurso do período de execução e de sustentabilidade previstos no protocolo de colaboração.
5. Durante a fase de acompanhamento da execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deverá assegurar o acesso às iniciativas e atividades aos técnicos da BragaHabit e membros da Comissão de



CLÁUSULA 8.^a
(Sustentabilidade)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigada a assegurar, no respetivo projeto, a continuidade das ações desenvolvidas durante o período abaixo indicado, de acordo com os respetivos escalões de financiamento:
 - a) até 5 000,00 € de apoio, as ações devem ser asseguradas durante a vigência da respetiva edição do Programa;
 - b) até 10 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, um ano após a conclusão da respetiva edição do Programa;
 - c) até 30 000,00 € de apoio, a atividade resultante do financiamento deve ter repercussão até, pelo menos, dois anos após a conclusão da respetiva edição do Programa.
2. Deve ser assegurada a sustentabilidade das ações referidas no ponto anterior e referentes a cada edição do Programa, independentemente da possibilidade de continuação do Programa.
3. A não garantia da sustentabilidade de projeto prevista poderá implicar a inibição do Terceiro Outorgante da realização de novas candidaturas e/ou a eventual restituição, de parte ou do todo, do financiamento atribuído para a fase prévia de execução.

CLÁUSULA 9.^a
(Publicitação)

1. O Terceiro Outorgante fica obrigado a publicitar o apoio do Programa em todas as atividades desenvolvidas, em conformidade com as orientações produzidas pelo Município de Braga e pela BragaHabit.
2. Os elementos submetidos à BragaHabit durante a execução dos projetos aprovados são da exclusiva responsabilidade do Terceiro Outorgante e poderão vir a ser utilizados pelo Município de Braga e pela BragaHabit para efeitos de divulgação, nos termos da legislação em vigor.
3. Durante o período de execução dos projetos financiados, o Terceiro Outorgante deve assegurar o acesso do Município de Braga e da BragaHabit às iniciativas e atividades do projeto, nomeadamente para efeito do registo audiovisual, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 10.^a
(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração ou adaptação ao presente protocolo carece de prévio acordo do Primeiro Outorgante, a prestar por escrito.
2. Eventuais pedidos de alteração aos projetos aprovados devem ser solicitados, mediante um formulário específico, dirigido à BragaHabit para posterior análise por parte da Comissão de Acompanhamento da Execução dos Projetos e deliberação por parte do Presidente da Câmara Municipal.



3. As alterações operadas pelo Terceiro Outorgante sem a devida autorização prévia da BragaHabit e do Município podem implicar a restituição e/ou suspensão do financiamento atribuído aos projetos.

CLÁUSULA 11.^a
(Rescisão Unilateral)

1.O presente protocolo pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Primeiro Outorgante, caso o Terceiro Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante no decurso da execução deste protocolo.

2.O protocolo pode ainda cessar quando não forem cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente protocolo; quando, por causa não imputável ao Terceiro Outorgante, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

CLÁUSULA 12.^a
(Contencioso do Protocolo)

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo, ou ele relacionados, serão dirimidos nos termos da legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Terceiro Outorgante,

Braga, _____ de dezembro de 2024





3ª Edição do Programa Viva o Bairro (2024/2025)

Despacho

Nos termos do disposto no número 5 do Artigo 12.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, as entidades promotoras dos projetos são notificadas da listagem preliminar e respetiva pontuação, podendo apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias úteis. Findo este prazo, o Júri aprecia as reclamações e organiza a lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação do Presidente da Câmara.

Face à proposta que me foi endereçada pelo Júri que, após o final do período definido para a apresentação de reclamações, confirmou a listagem preliminar e respetiva pontuação divulgada no dia 25 de novembro de 2024, aprovo a lista que consta em anexo a este despacho.

A assinatura dos protocolos de colaboração e transferência de verbas com as entidades promotoras dos projetos aprovados será agendada oportunamente, após aprovação das respetivas minutas em reunião de Executivo Municipal.

Braga, 19 de dezembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,

(Ricardo Rio)





3ª Edição do Programa Viva o Bairro
Lista Final de Classificação das Candidaturas Admitidas

Projeto	Entidade(s) Promotora(s)	Entidade(s) Parceira(s)	Participação (0 a 30)	Pertinência e Complementaridade (0 a 20)	Coesão Social e Territorial (0 a 20)	Sustentabilidade (0 a 20)	Inovação (0 a 10)	Total de Pontos	Aprovado/Não Aprovado	Financiamento
Bairro Activo, Bairro Vivo	Associação de Moradores do Fujacal e Conselheiro Lobato	Grupo Desportivo André Soares	30,00	18,00	18,00	16,00	9,00	91,00	Aprovado	20 000,00 €
Viva às Andorinhas	Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas	Associação Ágora Bracarense	30,00	18,00	18,00	16,00	6,00	88,00	Aprovado	20 000,00 €
O Bem Envelhecer nos Bairros	Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas	Junta de Freguesia de São Victor Associação Famílias	30,00	18,00	18,00	16,00	6,00	88,00	Aprovado	20 000,00 €
Arte com Movimento na Cultura	Associação de Moradores de Montélios e São Frutuoso	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe Fundação Bracara Augusta Associação Braga Mais	30,00	16,00	16,00	16,00	8,00	86,00	Aprovado	20 000,00 €
Bairro com mais Alegria	Associação de Moradores do Bairro da Alegria	Junta de Freguesia de São Victor NuguelMusic	30,00	17,00	17,00	16,00	6,00	86,00	Aprovado	20 000,00 €
(HÁ) PRACETA	Associação de Moradores da Praceta Padre Diamantino Martins	União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade	30,00	15,00	18,00	15,00	6,00	85,00	Aprovado	8 000,00 €
Parque de Merendas e Lazer	Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva	União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto	30,00	15,00	18,00	16,00	5,00	84,00	Aprovado	6 000,00 €





Do Ringue para o Bairro: Uma perspetiva a 360º	Associação Parretas Team	União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade	25,00	15,00	15,00	12,00	6,00	73,00	Aprovado	20 000,00 €
CATIVAR 3.0	Associação Juvenil "A Bogalha"	Junta de Freguesia de São Victor Casa do Areal Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Casa de Saúde do Bom Jesus	20,00	16,00	17,00	12,00	5,00	70,00	Aprovado	20 000,00 €
Academia Tecl@rt	Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Braga	Junta de Freguesia de São Victor Academia Sara Salazar	20,00	16,00	17,00	11,00	5,00	69,00	Aprovado	17 500,00 €
Escola de Música e Cidadania e Camerata Bracarense	Associação Rede do Bem	União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto	20,00	16,00	16,00	12,00	5,00	69,00	Aprovado	17 500,00 €
Sénior Com Saúde	Associação Solidariedade Social Cultural e Recreativa- MaxiSeCi	União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade	20,00	14,00	14,00	14,00	5,00	67,00	Aprovado	11 000,00 €
MUSEIA-TE!	Tin.Bra- Academia de Teatro CERCÍ BRAGA	Fundação Bracara Augusta Instituto Português do Desporto e da Juventude Museu dos Biscainhos e Santa Casa da Misericórdia de Braga/Palácio do Raio	15,00	14,00	14,00	12,00	5,00	60,00	Não Aprovado	Não Aprovado
Ciranda	Cosmic Burguer	União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto União de Freguesias de Nogueiró e Tenões BragaEventos	15,00	12,00	12,00	12,00	5,00	56,00	Não Aprovado	Não Aprovado
Projeto Integra Bairro	Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária	ADMS Braga	15,00	12,00	12,00	12,00	5,00	56,00	Não Aprovado	Não Aprovado

200 000,00 €



Código Validação: 76HWHCVJL7LMDSTX4DKMEQH62
Verificação: <https://braga.balcaoetronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPlataforma Gestão



ATA NÚMERO 1 DO JÚRI DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, no Edifício do Pópulo, na Praça do Pópulo, reuniu ordinariamente o Júri da 3ª Edição do Programa Viva o Bairro, nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e quatro, com a presença de todos os seus membros:

- Olga Maria Esteves de Araújo Pereira Martingo (Presidente)
- João Vasconcelos Barros Rodrigues (Vogal)
- Carla Maria Ferreira Sepúlveda (Vogal)

A reunião teve como ponto único da ordem de trabalhos a análise e validação das candidaturas apresentadas, nos termos do número 2 do Artigo 6.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro.

Após análise dos 15 projetos que submeteram candidatura dentro dos prazos estabelecidos na respetiva calendarização, concluiu-se que todas as candidaturas deveriam ser admitidas por cumprirem os requisitos previstos no Artigo 5.º e terem entregue os documentos exigidos pelo Artigo 10.º.

Posteriormente, o Júri pontuou cada uma das candidaturas de acordo com os critérios de avaliação previstos no Artigo 11.º do Regulamento, elaborando a respetiva listagem preliminar de candidaturas admitidas e não admitidas, devidamente ordenada de acordo com a pontuação atribuída, nos termos no número 4 do Artigo 12.º, cuja listagem está anexa a esta ata. A justificação da pontuação atribuída em cada critério segue também em anexo a esta ata.

Atendendo a que o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga fixou em 200 000 € (duzentos mil euros) a dotação orçamental para a 3ª edição do Programa Viva o Bairro, o Júri deliberou por propor o financiamento dos 12 projetos com classificação mais elevada.

As entidades promotoras serão notificadas da listagem preliminar e respetiva pontuação, podendo apresentar reclamação no prazo de 10 dias úteis. Findo este prazo, o Júri aprecia as reclamações e organiza a lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação do Presidente da Câmara.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Os membros do Júri,

/





3ª Edição do Programa Viva o Bairro

Justificação da Pontuação das Candidaturas

Justificação da Pontuação da Candidatura "Bairro Activo, Bairro Vivo"

A candidatura apresentada pela **Associação de Moradores do Fujacal e Conselheiro Lobato** apresenta um projeto abrangente, estruturado em quatro áreas de intervenção: sustentabilidade, participação e inclusão, saúde e segurança.

1. Participação (30 pontos)

A proposta demonstra um elevado envolvimento comunitário, detalhando a participação ativa dos moradores em todas as fases do projeto, desde o planeamento até a execução. Exemplos:

- Reuniões com moradores para identificar necessidades e recrutar voluntários.
- Atividades comunitárias como o Carnaval de Bairro, Halloween, e revitalização das áreas verdes.
- Envolvimento direto em campanhas como o Projeto de Inclusão Digital.

Essa abordagem reflete um modelo participativo robusto e alinhado com os objetivos do Programa.

2. Pertinência e Complementaridade (18 pontos)

O projeto é pertinente, respondendo a problemas identificados na área, como:

- Sustentabilidade ambiental (ex.: campanhas de reciclagem e eficiência energética).
- Inclusão digital e participação cívica.
- Promoção da saúde e segurança comunitária.

Apesar disso, algumas atividades, como workshops de inclusão digital, podem sobrepor-se a iniciativas já existentes no concelho, como programas municipais de literacia digital.

3. Coesão Social e Territorial (18 pontos)

O projeto reforça a coesão social através de ações como:

- Eventos comunitários que integram diferentes gerações e culturas (ex.: Magusto, Natal Solidário).
- Melhoria das infraestruturas do bairro, incluindo acessibilidade e mobilidade.
- Abertura do território ao envolvimento de autoridades e especialistas.

Estas ações favorecem a integração do bairro na cidade, mas poderiam explorar mais a interação com bairros vizinhos para uma maior coesão territorial.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta estratégias para continuidade, como:

- Criação de uma sede física e software de gestão para centralizar as operações.
- Financiamento futuro através de parcerias, rifas e taxas de participação.

Contudo, algumas atividades, como o financiamento de workshops avançados e infraestrutura, dependem de recursos externos, o que pode comprometer a sustentabilidade em longo prazo.





5. Inovação (9 pontos)

Embora muitas ações sejam comuns, o projeto se destaca em iniciativas como:

- Oficinas de reciclagem criativa e projetos de eficiência energética.
- Envolvimento de artistas locais para projetos de embelezamento urbano.

Estas atividades introduzem abordagens inovadoras na gestão comunitária e valorização do território.

Pontuação Total: 91 pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Viva às Andorinhas"

A candidatura da **Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas** apresenta um projeto que dá continuidade às edições anteriores do Programa Viva o Bairro, com foco na promoção da cidadania, coesão social e bem-estar.

1. Participação (30 pontos)

O projeto destaca-se por manter uma abordagem participativa robusta:

- Envolvimento ativo dos moradores na identificação de necessidades e desenvolvimento das atividades.
- Promoção de eventos como reuniões comunitárias e atividades coletivas que incentivam a integração e o diálogo.

Esta forte base participativa justifica a pontuação máxima.

2. Pertinência e Complementaridade (18 pontos)

O projeto responde a necessidades reais da comunidade, identificadas em edições anteriores do programa, e promove a continuidade de atividades bem-sucedidas. No entanto:

- Algumas iniciativas podem ter sobreposição com outras ações existentes em Braga, como programas municipais focados em bem-estar e cidadania.

A complementaridade é significativa, mas há espaço para maior alinhamento com iniciativas externas.

3. Coesão Social e Territorial (18 pontos)

As atividades visam fortalecer os laços comunitários dentro do bairro e integrar moradores de diferentes faixas etárias e culturais. Exemplos incluem:

- Eventos intergeracionais.
- Melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas ao bem-estar e saúde.

Apesar disso, o impacto externo (coesão territorial) poderia ser mais explorado para integrar o bairro com outras áreas da cidade.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta estratégias para continuidade, como:

- Aproveitamento de recursos e infraestruturas estabelecidas nas edições anteriores.
- Parcerias locais para financiar atividades futuras.



No entanto, algumas ações específicas dependem fortemente de recursos externos, o que pode comprometer a sustentabilidade.

5. Inovação (6 pontos)

Embora o projeto inclua elementos novos, grande parte das ações continua iniciativas de edições anteriores. Exemplos de inovação, como atividades sociais adaptadas às necessidades atuais, são positivos, mas não disruptivos.

Pontuação Total: 88 pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "O Bem Envelhecer nos Bairros"

A candidatura da **Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas** propõe ações focadas no envelhecimento ativo, promoção da saúde e bem-estar.

1. Participação (30 pontos)

O projeto demonstra um envolvimento robusto da comunidade sénior:

- Atividades como ginástica, dança e convívios são projetadas para integrar os moradores, com ênfase na participação ativa.
- O Banco de Bens Ortopédicos é um exemplo concreto de colaboração entre a comunidade e várias instituições.

Este nível elevado de participação justifica a pontuação máxima.

2. Pertinência e Complementaridade (18 pontos)

O projeto aborda problemas reais enfrentados pela população sénior:

- Prevenção de hipertensão arterial e combate ao sedentarismo.
- Promoção de atividades sociais e culturais, como aulas de informática e música.

No entanto, algumas iniciativas, como rastreios de saúde e atividades físicas, podem ter sobreposição com serviços já disponíveis em Braga, o que limita ligeiramente a complementaridade.

3. Coesão Social e Territorial (18 pontos)

As atividades propostas, como os convívios e passeios, promovem a integração da população sénior com outros moradores, fortalecendo laços dentro do bairro. A abrangência do público-alvo, incluindo diferentes áreas das Enguardas, aumenta o impacto social.

Apesar disso, o foco principal no público sénior poderia ser ampliado para envolver outros grupos demográficos.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta continuidade através de parcerias estratégicas com entidades locais e infraestrutura estabelecida, como o Banco de Bens Ortopédicos. Contudo:

- A dependência de financiamento externo para atividades específicas (ex.: rastreios e convívios) é uma limitação.



5. Inovação (6 pontos)

Embora o projeto apresente ações valiosas, muitas delas são extensões de iniciativas anteriores, como o envelhecimento ativo e o banco de bens ortopédicos. A introdução de aulas de informática para seniores traz alguma novidade, mas não é disruptiva.

Pontuação Total: 88 pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Arte com Movimento na Cultura"

A candidatura da **Associação de Moradores de Montélios e São Frutuoso** apresenta um projeto diversificado, focado em arte, cultura, desporto, cidadania e convívio.

1. Participação (30 pontos)

O projeto envolve os moradores de forma ativa em várias atividades:

- **Arte urbana:** Envolve a comunidade na criação de pinturas que retratam a vida diária no bairro.
- **Visitas culturais e atividades desportivas:** Promovem a participação de todas as idades em atividades diversas.
- **Festas anuais:** Integram os moradores em celebrações como S. João, Magusto e Natal.

Este forte enfoque participativo justifica a pontuação máxima.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

O projeto é pertinente ao abordar a revitalização cultural e o incentivo ao convívio comunitário. No entanto, algumas atividades, como as visitas a monumentos e as sessões de cidadania, complementam ações já existentes em Braga, mas sem apresentar diferenciais significativos.

3. Coesão Social e Territorial (16 pontos)

As atividades propostas, como arte urbana e festas comunitárias, promovem a coesão entre os moradores. No entanto, a integração com outras áreas e comunidades fora do bairro poderia ser mais desenvolvida.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta potencial de continuidade, com atividades como arte urbana e festas que deixam impacto duradouro. No entanto, algumas iniciativas dependem de financiamento externo para implementação e manutenção.

5. Inovação (8 pontos)

A inclusão de arte urbana como elemento central do projeto traz um aspeto inovador e visualmente transformador ao bairro. No entanto, outras ações, como sessões de cidadania e aulas de desporto, não apresentam grande novidade.

Pontuação Total: 86 pontos





Justificação da Pontuação da Candidatura "Bairro com mais Alegria"

A candidatura da **Associação de Moradores do Bairro da Alegria** propõe um conjunto diversificado de atividades culturais, desportivas e recreativas para a comunidade.

1. Participação (30 pontos)

O projeto demonstra um envolvimento robusto da comunidade através de atividades como:

- **Festas anuais** (Magusto, Natal e Festa dos Alegrienses), que integram moradores e ex-moradores.
- **Rampa da Alegria** e a **Descida dos Carrinhos de Rolamentos**, com forte mobilização comunitária.
- **Aulas de música e dança** e passeios temáticos.

A diversidade de atividades garante um alto nível de participação por diferentes grupos etários e sociais.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

Embora pertinente, algumas atividades, como os passeios e as festas tradicionais, podem ter sobreposição com outras iniciativas na cidade. A ligação entre as atividades e os objetivos a longo prazo poderia ser mais bem detalhada.

3. Coesão Social e Territorial (16 pontos)

As atividades promovem a coesão social interna e fortalecem a identidade do bairro. Destacam-se:

- A inclusão de moradores de todas as idades nas atividades.
- O foco na valorização cultural e no convívio comunitário.

Ainda assim, o impacto em termos de integração territorial (com outros bairros ou freguesias) poderia ser mais explorado.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta potencial de continuidade através de iniciativas como:

- O grupo musical, que visa tornar-se autossustentável.
- Atividades recreativas e culturais já consolidadas.

No entanto, a dependência de financiamento externo para algumas ações ainda representa um desafio.

5. Inovação (8 pontos)

A inclusão de atividades como a **Rampa da Alegria**, com reconhecimento nacional e internacional, é inovadora. Contudo, algumas iniciativas, como as festas tradicionais, seguem modelos já conhecidos.

Pontuação Total: 86 pontos





Justificação da Pontuação da Candidatura "(HÁ) PRACETA"

A candidatura apresentada pela **Associação de Moradores da Praceta Padre Diamantino Martins** visa promover a cidadania ativa, a boa vizinhança e a valorização cultural do espaço público.

1. Participação (30 pontos)

O projeto incentiva a participação dos moradores em várias atividades comunitárias, como:

- O evento "ConVizinhança", com refeições comunitárias e animação musical.
- "Arte na Praceta", que envolve os residentes na transformação do espaço público com projetos artísticos.
- "As Conversas da Praceta", que fomentam o debate sobre questões locais.

Estas ações são desenhadas com o envolvimento ativo dos moradores, justificando a pontuação máxima.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

O projeto é pertinente, ao abordar temas como cidadania ativa e revitalização cultural. No entanto, algumas ações, como debates e eventos culturais, complementam outras iniciativas existentes na cidade, mas apresentam limitações na inovação em relação ao contexto local.

3. Coesão Social e Territorial (18 pontos)

As atividades fortalecem os laços entre os moradores e valorizam o espaço público como um local de encontro e convivência. Além disso, o foco na integração do bairro com eventos culturais de Braga em 2025 (Capital Portuguesa da Cultura) contribui para a coesão territorial.

4. Sustentabilidade (15 pontos)

Embora o projeto apresente iniciativas com impacto duradouro, como as intervenções artísticas, algumas ações dependem fortemente de recursos externos, o que limita a sustentabilidade.

5. Inovação (6 pontos)

A proposta de "Arte na Praceta" apresenta elementos criativos e impactantes, mas outras atividades, como as reuniões e eventos comunitários, seguem formatos mais tradicionais.

Pontuação Total: 85 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Parque de Merendas e Lazer"

A candidatura da **Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva** propõe a criação de um espaço comunitário para fomentar o convívio e a proximidade entre os moradores.

1. Participação (30 pontos)

O projeto incentiva a participação da comunidade em eventos regulares como:

- Festas de aniversário e celebrações sazonais (Primavera, S. João, Magusto).





- Utilização de um espaço renovado para reuniões e convívios.

Esta abordagem reflete um elevado potencial de envolvimento comunitário, num contexto marcado pelo isolamento social, justificando a pontuação máxima.

2. Pertinência e Complementaridade (15 pontos)

A proposta aborda a necessidade de criar um ponto de encontro comunitário. Contudo, a candidatura carece de uma descrição mais detalhada de como este projeto complementa outras iniciativas existentes no bairro ou em Braga, o que justifica uma pontuação ligeiramente inferior.

3. Coesão Social e Territorial (18 pontos)

O espaço proposto visa fortalecer os laços entre os moradores do bairro, promovendo coesão social. O foco em eventos regulares reforça esta dimensão, garantindo um impacto positivo na integração interna da comunidade.

4. Sustentabilidade (16 pontos)

O projeto apresenta sustentabilidade moderada. O espaço renovado terá uso contínuo, mas a viabilidade financeira a longo prazo para manutenção do espaço e realização de eventos regulares não está suficientemente detalhada.

5. Inovação (5 pontos)

Embora a ideia de um parque de merendas seja útil e relevante, não apresenta elementos disruptivos ou inovadores em relação a outras iniciativas similares já existentes.

Pontuação Total: 84 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Do Ringue para o Bairro: Uma perspetiva a 360º"

A candidatura da **Associação Parretas Team** apresenta um projeto focado na inclusão social e comunitária através do desporto, particularmente o boxe.

1. Participação (25 pontos)

O projeto promove a participação de jovens e crianças em atividades desportivas e comunitárias, como:

- Treinos regulares de boxe e desporto adaptado.
- Atividades voluntárias em eventos comunitários, como demonstrações ao ar livre e apoio a atividades locais.

Apesar disso, a participação não é tão abrangente quanto em outras candidaturas, devido ao foco predominante nos atletas.

2. Pertinência e Complementaridade (15 pontos)

O projeto aborda questões relevantes como:

- Inclusão de jovens em situação de risco.
- Promoção da saúde e bem-estar através do desporto.



- Integração de pessoas com deficiência na prática desportiva.

Contudo, a complementaridade com outras iniciativas locais poderia ser melhor desenvolvida, especialmente na integração com outras áreas além do boxe.

3. Coesão Social e Territorial (15 pontos)

As atividades reforçam a coesão social ao unir diferentes grupos em torno do desporto e eventos comunitários. No entanto, o impacto territorial é limitado, focando-se principalmente na comunidade imediata.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

Embora o projeto inclua elementos promissores, como o uso contínuo do ginásio e a inscrição dos atletas em federações, depende de financiamento externo para manter várias iniciativas, incluindo a remuneração de treinadores e especialistas.

5. Inovação (6 pontos)

O projeto apresenta algumas ideias inovadoras, como:

- A prática de boxe adaptado para pessoas com deficiência.
- A integração de aconselhamento nutricional e apoio educacional.

Ainda assim, a principal proposta é uma expansão de atividades existentes, sem grandes elementos disruptivos.

Pontuação Total: 73 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "CATIVAR 3.0"

A candidatura da **Associação Juvenil "A Bogalha"** apresenta um projeto que visa combater o isolamento social de adultos sem ocupação profissional através de atividades de integração comunitária.

1. Participação (20 pontos)

O projeto envolve um grupo específico de 62 pessoas acompanhadas pelo SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) na zona do Areal. Apesar de alcançar um público vulnerável, a abrangência e a mobilização comunitária são limitadas a esse grupo, justificando uma pontuação moderada.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

A proposta é pertinente ao abordar um problema relevante como o isolamento social e a solidão de adultos sem ocupação. Complementa outras iniciativas sociais na zona, mas sem uma ligação direta com atividades comunitárias mais amplas.





3. Coesão Social e Territorial (17 pontos)

As atividades promovem a coesão social ao integrar pessoas isoladas num programa estruturado. No entanto, a coesão territorial poderia ser mais explorada, incluindo maior interação com outras comunidades próximas.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

O projeto apresenta uma continuidade limitada, dependendo principalmente de apoio externo para sua execução. A sustentabilidade a longo prazo não está suficientemente detalhada.

5. Inovação (5 pontos)

Embora a proposta traga valor social significativo, não apresenta elementos inovadores marcantes em relação às metodologias ou atividades propostas.

Pontuação Total: 70 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Academia Tecl@rt"

A candidatura da **Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga** apresenta um projeto de inclusão social e cultural através da arte e da integração de jovens e adultos do Bairro Social de Santa Tecla.

1. Participação (20 pontos)

A participação comunitária é incentivada através de:

- Aulas regulares de dança, boxe, guitarra e música criativa.
- Assembleias trimestrais para ouvir os participantes e ajustar atividades.
- Workshops artísticos abertos ao público.

No entanto, o envolvimento é mais limitado em relação a outros projetos que mobilizam um público mais amplo.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

O projeto é altamente pertinente, ao abordar:

- Inclusão de jovens e adultos da comunidade cigana.
- Promoção de oportunidades artísticas em um bairro estigmatizado.

O projeto é relevante ao abordar questões de inclusão e estigmatização no Bairro de Santa Tecla. Complementa iniciativas locais, mas sem se diferenciar de forma significativa em termos de impacto no território.

3. Coesão Social e Territorial (17 pontos)

O projeto promove a coesão social no Bairro de Santa Tecla e incentiva a participação de pessoas externas, mas o impacto na integração territorial é mais limitado.

4. Sustentabilidade (11 pontos)

O projeto apresenta alguns elementos de continuidade, como:





- Um modelo autossustentável com pagamentos simbólicos pelos participantes.
- Envolvimento de moradores como professores.

Contudo, ainda depende significativamente de financiamento externo para manter as atividades.

5. Inovação (5 pontos)

Embora as iniciativas sejam valiosas, como as aulas de música e dança, a abordagem não apresenta elementos particularmente inovadores em comparação com outras candidaturas.

Pontuação Total: 69 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Escola de Música e Cidadania e Camerata Bracarense"

A candidatura da **Associação Rede do Bem** visa implementar ações educativas e culturais em bairros vulneráveis, utilizando a música como ferramenta para a inclusão social e cidadania.

1. Participação (20 pontos)

O projeto envolve diretamente crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente nas comunidades de etnia cigana e migrante. No entanto, a mobilização é mais focada em grupos específicos e não abrange amplamente os moradores em geral.

2. Pertinência e Complementaridade (16 pontos)

A proposta é pertinente ao abordar a inclusão social e o desenvolvimento local através da música. Complementa outras iniciativas na cidade, mas não apresenta um diferencial significativo no território.

3. Coesão Social e Territorial (16 pontos)

O projeto fortalece a coesão social dentro dos bairros atendidos, mas a integração com a cidade como um todo poderia ser mais desenvolvida.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

O projeto apresenta desafios de sustentabilidade a longo prazo, com dependência significativa de financiamento externo. A continuidade das atividades após o término do programa não está claramente detalhada.

5. Inovação (5 pontos)

Embora o uso da música como ferramenta de cidadania seja relevante, a abordagem não apresenta inovações marcantes em relação a outras candidaturas.

Pontuação Total: 69 Pontos



Justificação da Pontuação da Candidatura "Sénior com Saúde"

A candidatura da **Associação Solidariedade Social Cultural e Recreativa - MaxiSeCi** apresenta um projeto focado na promoção da saúde e bem-estar dos seniores através de atividades culturais, desportivas e sociais. Seguem as justificativas para as pontuações atribuídas:

1. Participação (20 pontos)

O projeto envolve diretamente os seniores através de atividades como:

- Ginástica ativa.
- Danças de salão e eventos comunitários.
- Manutenção de espaços de convivência e celebração de aniversários mensais.

Apesar disso, a participação é limitada ao público-alvo sénior, sem estratégias claras para envolver outras faixas etárias ou a comunidade em geral.

2. Pertinência e Complementaridade (14 pontos)

A proposta é pertinente ao abordar o isolamento e a solidão dos seniores. Contudo, há sobreposição com outras iniciativas locais de promoção de saúde e bem-estar para seniores, o que reduz a complementaridade.

3. Coesão Social e Territorial (14 pontos)

As atividades reforçam a coesão social entre os seniores, mas há pouca evidência de integração territorial ou de ações que envolvam outras comunidades.

4. Sustentabilidade (14 pontos)

O projeto apresenta continuidade moderada, com infraestrutura existente e atividades regulares. Contudo, a dependência de financiamento externo limita a autossustentabilidade.

5. Inovação (5 pontos)

Embora relevante, a proposta não apresenta elementos inovadores em relação a outras iniciativas focadas no público sénior.

Pontuação Total: 67 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "MUSEIA-TE!"

A candidatura da **Tin.Bra – Academia de Teatro** e **CERCI Braga** apresenta um projeto que alia arte, património e inclusão social, com foco em dois museus emblemáticos de Braga. Apesar dos méritos, a proposta apresenta fragilidades que justificam sua não aprovação. Seguem os detalhes:

1. Participação (15 pontos)

O projeto envolve um público específico limitado, jovens adultos oriundos de bairros desfavorecidos, em oficinas teatrais e culturais. Contudo:



- A abrangência é limitada a um número pequeno de participantes, com um público médio de 10 pessoas por oficina.
- A participação da comunidade geral ou de outros grupos do território não está suficientemente detalhada.

2. Pertinência e Complementaridade (14 pontos)

O projeto é pertinente ao promover o acesso ao património cultural e arquitetónico de Braga e ao capacitar participantes em situações vulneráveis. No entanto:

- Existe sobreposição com outras iniciativas culturais e inclusivas já desenvolvidas na cidade, especialmente no contexto da Capital Portuguesa da Cultura.
- A complementaridade com outras ações do território é limitada, sendo o foco restrito às oficinas e aos dois museus.

3. Coesão Social e Territorial (14 pontos)

Embora o projeto procure integrar jovens de bairros sociais em atividades culturais, as ações são pontuais e têm impacto limitado:

- A ligação entre os bairros e o restante do território não é suficientemente explorada.
- A inclusão de outros grupos sociais ou culturais poderia reforçar a coesão.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

A proposta inclui a criação de conteúdos permanentes para os museus, como quadros vivos em vídeo para visitas guiadas futuras. Contudo, a continuidade das oficinas e atividades após 2025 depende de financiamento adicional, o que limita a sustentabilidade.

5. Inovação (5 pontos)

O conceito de projeções em vídeo nos museus e oficinas teatrais é criativo, mas não apresenta um grau elevado de inovação em relação a outras iniciativas culturais.

Pontuação Total: 60 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Ciranda"

A candidatura da **Cosmic Burger Associação** propõe uma programação cultural diversificada para fortalecer a ligação entre o centro histórico de Braga e as suas áreas periféricas. Embora a proposta tenha méritos, apresenta fragilidades significativas que justificam sua não aprovação. Seguem os detalhes:

1. Participação (15 pontos)

O projeto prevê envolver diretamente mais de 11.000 pessoas ao longo de dois anos em concertos, exposições e workshops. Contudo:

- A abrangência é genérica e depende fortemente de adesão espontânea, sem estratégias claras para mobilizar grupos mais vulneráveis ou específicos.
- A participação ativa dos moradores na conceção e organização dos eventos não é mencionada.



2. Pertinência e Complementaridade (12 pontos)

O projeto é relevante ao propor descentralizar a cultura e valorizar o património local. Contudo:

- Existem sobreposições com outras iniciativas culturais em Braga que já abordam temas como concertos e exposições.
- A complementaridade com ações existentes não é suficientemente demonstrada, e a proposta carece de um diferencial claro.

3. Coesão Social e Territorial (12 pontos)

Embora procure garantir a ligação entre o centro da cidade e as freguesias periféricas, o impacto na coesão territorial é limitado:

- Não apresenta uma abordagem robusta para criar laços duradouros entre os diferentes territórios.
- A inclusão social de grupos marginalizados ou vulneráveis é mencionada, mas não detalhada em ações concretas.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

O projeto apresenta algumas estratégias para continuidade, como parcerias duradouras e procura de novos financiamentos. Contudo, a dependência de financiamento externo e a ausência de um plano detalhado de autossustentação limitam a viabilidade a longo prazo.

5. Inovação (5 pontos)

Embora apresente diversidade nas atividades propostas, como concertos e exposições, a candidatura não traz elementos inovadores significativos em comparação a outras iniciativas culturais.

Pontuação Total: 56 Pontos

Justificação da Pontuação da Candidatura "Integra Bairro"

A candidatura apresentada pela **Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH)** propõe um projeto de inclusão social, com foco em crianças autistas, saúde oral e literacia digital no Bairro das Enguardas. Após análise detalhada, verificaram-se algumas fragilidades que comprometeram a aprovação da proposta.

1. Participação (15 pontos)

A candidatura apresentou um envolvimento comunitário limitado:

- Não houve articulação com a **Associação de Moradores do Bairro das Enguardas**, uma entidade essencial no programa.
- O júri decidiu evitar o financiamento simultâneo de duas propostas para o mesmo território, priorizando a equidade na utilização dos recursos.



2. Pertinência e Complementaridade (12 pontos)

Embora aborde questões relevantes, como autismo, saúde oral e literacia digital, o projeto sobrepõe-se a iniciativas já existentes no concelho, como:

- AIA e CERCI Braga no apoio ao autismo.
- O programa "Braga a Sorrir" em saúde oral.
- Projetos de literacia digital promovidos por escolas e associações (ex.: Projeto UM Futuro da Associação Académica com a colaboração do Agrupamento de Escolas Francisco Sanches).

Isso reduz a pertinência e complementaridade da proposta.

3. Coesão Social e Territorial (12 pontos)

A proposta carece de colaboração com outras entidades-chave no bairro, como:

- Sporting Clube Leões das Enguardas.
- Junta de Freguesia de São Victor.
- Associação Famílias.

Essa falta de articulação compromete a coesão interna e a integração territorial.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

A proposta depende fortemente de recursos externos, sem apresentar um plano robusto de continuidade. Isso limita a capacidade de manter as atividades após o término do financiamento.

5. Inovação (5 pontos)

As áreas de intervenção já são trabalhadas por outras entidades, resultando em pouca inovação na abordagem.

Pontuação Total: 56 Pontos





ATA NÚMERO 2 DO JÚRI DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, no Edifício do Pópulo, na Praça do Pópulo, reuniu-se ordinariamente o Júri da 3ª Edição do Programa Viva o Bairro, nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e quatro, com a presença de todos os seus membros:

- Olga Maria Esteves de Araújo Pereira Martingo (Presidente)
- João Vasconcelos Barros Rodrigues (Vogal)
- Carla Maria Ferreira Sepúlveda (Vogal)

A reunião teve como ponto único da ordem de trabalhos a análise e deliberação sobre a prorrogação do prazo para apresentação de reclamações das candidaturas ao Programa Viva o Bairro, na sequência do pedido de documentação das peças da 3ª Edição do Programa – ata, justificação da pontuação das candidaturas e listagem preliminar das candidaturas admitidas e pontuadas –, cujo envio foi efetuado a 07 de dezembro de 2024 à entidade OPAH (Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária).

No dia 09 de dezembro de 2024, último dia do prazo de reclamação, a OPAH procedeu ao envio de requerimento a solicitar prazo para análise da documentação, em virtude da mesma lhe ter sido facultada a 07 do corrente.

Assim, atendendo ao pedido, e considerando a necessidade de garantir a igualdade de circunstâncias para todos os concorrentes, foi deliberado pelo Júri do Programa a prorrogação do prazo em 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de reclamações.

Findo este prazo, que termina no dia 17 de dezembro de 2024, o Júri procederá à apreciação das reclamações e à organização da lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação do Presidente da Câmara Municipal de Braga, tal como previsto no Artigo 12.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023 de 11 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Os membros do Júri,





ATA NÚMERO 3 DO JÚRI DA 3ª EDIÇÃO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas, no Edifício do Pópulo, na Praça do Pópulo, reuniu-se ordinariamente o Júri da 3ª Edição do Programa Viva o Bairro, nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e quatro, com a presença de todos os seus membros:

- Olga Maria Esteves de Araújo Pereira Martingo (Presidente)
- João Vasconcelos Barros Rodrigues (Vogal)
- Carla Maria Ferreira Sepúlveda (Vogal)

A reunião teve como pontos da ordem de trabalhos:

1. Análise da reclamação apresentada a 17.12.2024 pela entidade OPAH (Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária);
2. Listagem final das candidaturas admitidas.

Iniciando-se pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, o júri analisou os fundamentos apresentados pela entidade OPAH (Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária) na sua reclamação (a que chamou de recurso). Após apurada leitura e análise, o júri manteve a justificação da pontuação da candidatura e a sua exclusão, tudo conforme documento anexo que faz parte integrante da presente ata e do acervo documental deste concurso.

De seguida, o Júri procedeu à organização da lista final de classificação das candidaturas admitidas, que será submetida à aprovação do Presidente da Câmara Municipal de Braga, tal como previsto no Artigo 12.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 19529/2023 de 11 de outubro.

Mais se consigna que a presente ata, resposta à reclamação, e lista final são enviados a todos os concorrentes.

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Os membros do Júri,





3ª Edição do Programa Viva o Bairro

Análise da Reclamação apresentada pela Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH)

Candidatura "Integra Bairro"

Na data de 17.12.2024, a entidade Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH) apresentou reclamação, a que chamou recurso.

No seguimento, o júri, nos termos do artigo 12º, nº 5, 2ª parte, do Regulamento do Programa Viva o Bairro, analisa a reclamação.

Assim, no item Fundamentação a entidade enumera os princípios da Legalidade Administrativa, Princípios da Transparência e Publicidade (Artigos 2.º e 3.º da Lei Geral dos Procedimentos Administrativos), Princípio da Motivação dos Atos Administrativos, Igualdade de Oportunidades e Isonomia. Nenhum dos argumentos são válidos, relevando-se vagos e não objetivos.

Consigna-se que na elaboração do normativo do Programa Viva o Bairro, o aí estatuído, foi de acordo com as boas práticas legislativas, sempre em obediência à lei, devidamente autorizado, fundamentado, e publicado em Diário da República a 11 de outubro de 2023, parte D, Aviso n.º 19529/2023. Sendo a Lei Habilitante o disposto no n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com as alíneas h), i) e k), do n.º 2, do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 e artigo 33.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Os princípios gerais da atividade administrativa estão regulados no CPA (Código do Procedimento Administrativo), nos seus artigos 3º e seguintes. E todos eles foram cumpridos pelo júri na análise de todas as candidaturas, inclusive a apresentada pela OPAH.

O artigo 6º do Regulamento do Programa Viva o Bairro é relativo ao júri. O artigo 125º do Código de Procedimento Administrativo diz respeito a “diligências complementares”. O artigo 12º da Constituição da República Portuguesa é relativo ao Princípio da universalidade. O artigo 266º da Constituição da República Portuguesa menciona os Princípios fundamentais da atuação da administração pública, e que não foram violados.





O Programa Viva o Bairro tem os seguintes objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida;
- b) Contribuir para uma efetiva melhoria dos espaços intervencionados de forma a permitir e reforçar a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que a todos são devidos;
- c) Criar um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e da iniciativa local.

São áreas de intervenção:

- a) Intervenções pontuais: como, por exemplo, ações de formação ou sensibilização, limpeza do espaço público, exposições, campanhas, eventos comunitários, criação de páginas de Internet, entre outras atividades que impliquem o despoletar de convívios e dinâmicas comunitárias e a participação dos cidadãos;
- b) Serviços à comunidade: como, por exemplo, criação de espaços de Internet, de ocupação de crianças, jovens ou idosos, bibliotecas, mediatecas, edição de publicações e outros suportes informativos de e para a comunidade, sistemas de trocas locais, hortas comunitárias, entre outros serviços de interesse para as populações dos bairros de Braga;
- c) Pequenos investimentos e ações integradas, como por exemplo, recuperação de instalações destinadas à prestação de novos serviços à comunidade, requalificação do espaço público, apoio ao empreendedorismo e às atividades económicas, podendo englobar várias ações previstas nos escalões anteriores.

A avaliação de todas as candidaturas foram feitas em estreita observância do normativo 11º do Programa Viva o Bairro, a saber:

1 — A avaliação e seleção das candidaturas têm em conta os seguintes critérios:

- a) Participação, com ponderação de 0 a 30: Será avaliada a participação das populações dos bairros na conceção, no desenvolvimento e na avaliação dos projetos. Importa compreender a abrangência e a intensidade dessa participação nas diferentes fases da vida dos projetos. Será igualmente avaliado o contributo de cada entidade promotora e parceira no desenvolvimento das ações previstas, na sua monitorização e avaliação.
- b) Pertinência e Complementaridade, com ponderação de 0 a 20: Em termos de pertinência, importa compreender em que medida as ações previstas pelos projetos constituem uma resposta adequada aos problemas identificados em cada bairro. Relativamente à complementaridade, será avaliada a articulação dos projetos com um ou vários eixos do Programa, nomeadamente o socioeconómico, o ambiental e o urbanístico.





c) Coesão Social e Territorial, com ponderação de 0 a 20: Serão avaliados os contributos dos projetos para o desenvolvimento local e o reforço da coesão social e territorial ao nível dos bairros. Estes elementos devem ser aferidos no que respeita à promoção da coesão no interior de cada bairro, mas também a nível externo, no reforço da integração desses territórios no Município de Braga. Será, assim, avaliado o contributo dos projetos para:

i) A promoção de mecanismos de inclusão de grupos sociais em situações de maior vulnerabilidade;

ii) O contributo para promover um acesso mais universal a serviços e espaços coletivos.

iii) O desenvolvimento de ações que procurem uma abertura do território à envolvente;

iv) O reforço dos processos de colaboração entre diferentes grupos sociais.

d) Sustentabilidade, com ponderação de 0 a 20: Será avaliado o compromisso das entidades promotoras e parceiras para assegurar a continuidade da intervenção para além do termo do financiamento do programa. Importa compreender em que medida a parceria:

i) Define estratégias que garantam a obtenção dos resultados esperados;

ii) Assegura condições de continuidade dos serviços prestados à comunidade, nomeadamente dos que foram criados ou reforçados no âmbito do projeto.

e) Inovação, com ponderação de 0 a 10: Será avaliada a capacidade de inovação dos projetos nas formas e nos conteúdos previstos para as intervenções, valorizando positivamente os contributos que favoreçam mudanças positivas nos bairros. A inovação deve, por isso, ser tida em conta ao nível dos objetivos, das atividades, dos métodos, dos resultados e das parcerias. Importa compreender em que medida os projetos procuram:

i) A autonomização dos indivíduos face às situações de vulnerabilidade;

ii) Um papel ativo dos destinatários no desenvolvimento e na avaliação dos projetos;

iii) A rentabilização criativa dos recursos existentes dentro e fora dos bairros.

Ora, a entidade Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH) não teve quaisquer dúvidas na interpretação das regras do programa e de que forma seria avaliada a sua candidatura pelo júri.

A candidatura do Projeto “Integra Bairro”, mormente os Eixos de Atuação, foram devidamente analisados pelo júri. Analisados, o júri procedeu à pontuação, que aqui reproduzimos:

Justificação da Pontuação da Candidatura "Integra Bairro"

A candidatura apresentada pela **Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH)** foi avaliada com base nos critérios definidos no Artigo 11.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro. Após análise detalhada, verificaram-se algumas fragilidades que comprometeram a aprovação da proposta.





1. Participação (15 pontos)

A candidatura apresentou um envolvimento comunitário limitado:

- Não houve articulação com a **Associação de Moradores do Bairro das Enguardas**, uma entidade essencial no programa.
- O júri decidiu evitar o financiamento simultâneo de duas propostas para o mesmo território, priorizando a equidade na utilização dos recursos.

2. Pertinência e Complementaridade (12 pontos)

Embora aborde questões relevantes, como autismo, saúde oral e literacia digital, o projeto sobrepõe-se a iniciativas já existentes no concelho, como:

- AIA e CERIC Braga no apoio ao autismo.
- O programa "Braga a Sorrir" em saúde oral.
- Projetos de literacia digital promovidos por escolas e associações (ex.: Projeto UM Futuro da Associação Académica com a colaboração do Agrupamento de Escolas Francisco Sanches).

Isso reduz a pertinência e complementaridade da proposta.

3. Coesão Social e Territorial (12 pontos)

A proposta carece de colaboração com outras entidades-chave no bairro, como:

- Sporting Clube Leões das Enguardas.
- Junta de Freguesia de São Victor.
- Associação Famílias.

Essa falta de articulação compromete a coesão interna e a integração territorial.

4. Sustentabilidade (12 pontos)

A proposta depende fortemente de recursos externos, sem apresentar um plano robusto de continuidade. Isso limita a capacidade de manter as atividades após o término do financiamento.

5. Inovação (5 pontos)

As áreas de intervenção já são trabalhadas por outras entidades, resultando em pouca inovação na abordagem.

Pontuação Total: 56 Pontos

A reclamação (recurso) apresentada pela Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH), Análise dos Motivos de Desaprovação, não trouxe qualquer argumentação nova ou fato objetivo, para que seja modificada a pontuação e consequente decisão de não aprovação da candidatura.





Em face ao exposto, delibera este júri manter a decisão de não aprovação da candidatura.

Braga, 18 de dezembro de 2024

Os membros do Júri,



Recurso da Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH) - 3ª Edição do Programa Viva o Bairro

Exma. Senhora Presidente do Júri da 3ª Edição do Programa Viva o Bairro,

Em nome da Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH), e nos termos do disposto no Artigo 12.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro, vimos interpor o presente recurso contra a decisão do Júri da 3ª Edição do Programa Viva o Bairro, referente à não aprovação da candidatura da nossa organização, conforme consta da Ata n.º 1 de 25 de novembro de 2024.

I. Preâmbulo

Em face da decisão do Júri, que considerou a candidatura da OPAH inapta para ser financiada, a organização entende que a análise não refletiu de maneira justa a proposta apresentada, e, por isso, deseja contestar os motivos apresentados, conforme fundamentação a seguir exposta.

A OPAH reflete, na sua candidatura, uma ação contínua e sistemática no Bairro das Enguardas, com ênfase no desenvolvimento social e cultural, através de programas que envolvem diretamente a comunidade local. Portanto, a decisão tomada carece de revisão, conforme argumentado.

II. Fundamentação Legal

O recurso ora apresentado baseia-se nas disposições do Regulamento do Programa Viva o Bairro, publicado no Diário da República, Aviso n.º 19529/2023, de 11 de outubro, bem como na legislação aplicável sobre os princípios da legalidade, justiça administrativa e transparência na aplicação de recursos públicos.

Princípio da Legalidade Administrativa

O artigo 266º da Constituição da República Portuguesa garante que todas as entidades públicas, e os seus atos, devem ser regulados pela lei, assegurando a isonomia e a justiça na avaliação das candidaturas apresentadas ao Programa Viva o Bairro.

Artigo 6.º do Regulamento (Avaliação das Candidaturas)

O artigo 6.º do Regulamento do Programa Viva o Bairro estabelece que as candidaturas devem ser avaliadas com base em critérios objetivos e transparentes. A nossa candidatura cumpre integralmente as exigências e, portanto, entendemos que a decisão de não aprovação carece de uma reanálise, especialmente considerando a nossa conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Princípios da Transparência e Publicidade (Artigos 2.º e 3.º da Lei Geral dos Procedimentos Administrativos)

Nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Lei dos Procedimentos Administrativos), que assegura a transparência e a publicidade dos atos administrativos, entendemos que a justificativa para a nossa não aprovação não foi devidamente fundamentada em termos legais, contrariando os princípios fundamentais do direito administrativo.



Princípio da Motivação dos Atos Administrativos

De acordo com o artigo 125º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), todo ato administrativo deve ser devidamente fundamentado, e o júri tem a obrigação de justificar detalhadamente a decisão de não aprovação da candidatura da OPAH, especialmente considerando a continuidade e o impacto de suas atividades anteriores.

Igualdade de Oportunidades e Isonomia

O princípio da igualdade de tratamento (artigo 12º da Constituição da República Portuguesa) exige que todos os candidatos sejam tratados de forma equitativa, sem discriminação. A OPAH acredita que a ausência de consideração dos efeitos anteriores de seu trabalho no Bairro das Enguardas comprometeu a igualdade de oportunidades.

III. Eixos de Atuação do Projeto Integra Bairro

O *Integra Bairro* foi concebido para responder às necessidades concretas da população do Bairro das Enguardas e arredores e às prioridades do Programa Viva o Bairro, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em especial os objetivos 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Redução das Desigualdades). Abaixo detalhamos os principais eixos de atuação do projeto e as suas mais-valias:

1. Apoio a Crianças Autistas

O projeto apresenta uma componente inovadora no apoio a crianças autistas, desenvolvido em colaboração com o Grupo ADCA (Apoio ao Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes). Este eixo tem como objetivo principal oferecer acompanhamento personalizado e atividades de inclusão social, promovendo o bem-estar e a integração de crianças com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA).

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 1 em cada 100 crianças em todo o mundo tem um transtorno do espectro do autismo, e a ONU enfatiza a necessidade de iniciativas locais para a inclusão destas crianças. O projeto *Integra Bairro* procura colmatar lacunas existentes no bairro das Enguardas e arredores ao criar atividades integradas no bairro, reduzindo barreiras sociais e geográficas e promovendo o acesso equitativo aos serviços.

2. Saúde Oral

O eixo de intervenção na saúde oral complementa iniciativas municipais existentes, como o programa “Braga a Sorrir”, com uma abordagem de proximidade direcionada especificamente às famílias mais vulneráveis do Bairro das Enguardas. Estudos da Direção-Geral da Saúde (DGS) apontam que a população de baixa renda tem maior prevalência de problemas de saúde oral, afetando a sua qualidade de vida e capacidade de integração social.

As ações propostas incluem sessões de sensibilização e rastreios gratuitos, realizados em colaboração com profissionais de saúde voluntários, garantindo um impacto direto e imediato na melhoria da saúde da comunidade.

3. Literacia Digital



A componente de literacia digital do projeto visa reduzir o fosso digital existente na população adulta e jovem do bairro. Segundo a Comissão Europeia, 42% dos cidadãos da UE carecem de competências digitais básicas, um problema que tende a agravar as desigualdades sociais e económicas.

As atividades incluem workshops e formação em competências digitais para a utilização de ferramentas básicas e avançadas, em parceria com a Universidade do Minho e outras entidades locais. Este eixo contribui diretamente para aumentar a empregabilidade e a inclusão social dos participantes.

4. Educação e Cultura

A OPAH deu continuidade às atividades iniciadas na 2.^a edição do *Programa Viva o Bairro*, com aulas de canto, instrumentos de sopro (orquestra), bateria, piano (teclado), dança, violão e brinquedoteca. Estas atividades culturais têm-se revelado uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos residentes, promovendo a coesão social e combatendo o isolamento, especialmente entre as crianças e os jovens.

5. Brinquedoteca Comunitária

A brinquedoteca tem sido um espaço central para promover a educação lúdica e a interação entre as famílias do bairro. Iniciativas como esta estão alinhadas com as recomendações da UNICEF, que reconhece o brincar como um direito fundamental da criança, essencial para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

IV. Análise dos Motivos de Desaprovação

Participação e Envolvimento Comunitário

Embora o Júri tenha apontado a falta de articulação com a Associação de Moradores do Bairro das Enguardas, o Regulamento do Programa Viva o Bairro não impõe esta colaboração como obrigatória. Além disso, a OPAH sempre procurou um envolvimento proativo com a comunidade, incluindo colaborações com entidades relevantes, como o Grupo Apoio ao Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (ADCA). Estas iniciativas demonstram a nossa articulação com a realidade local e a inserção na dinâmica social do bairro. Além disto, o projeto Integra Bairro visa atender as necessidades não só do bairro das enguardas, como também dos arredores.

Pertinência e Complementaridade

O Júri considerou que as áreas de intervenção propostas pela OPAH já são abordadas por outras entidades. No entanto, o projeto *Integra Bairro* apresenta diferenciação e especificidade nas abordagens, como o apoio a crianças autistas em parceria com o Grupo ADCA, e iniciativas na literacia digital, que preenchem lacunas identificadas no bairro. Estas propostas são complementares às existentes, promovendo uma oferta diversificada e maior impacto social.

Coesão Social e Territorial

A nossa candidatura visa reforçar a coesão social do Bairro das Enguardas e arredores, alinhando-se com os objetivos do Programa Viva o Bairro. A continuidade das



atividades culturais e a criação de novos projetos de inclusão reforçam o sentido de pertença e interação comunitária.

Sustentabilidade

A OPAH compromete-se a assegurar a continuidade das atividades após o término do financiamento, mobilizando parcerias estratégicas e recursos alternativos. Este compromisso está alinhado com o Artigo 9.º do Regulamento, garantindo a viabilidade a longo prazo do projeto. Somado a isto, a iniciativa do projeto *Integra Bairro*, principalmente no tocante ao atendimento as necessidades das crianças autistas, perpetuam-se no seio familiar, pois, o projeto visa não só a saúde das crianças autistas, mas busca trazer conscientização, ensinamentos, participação familiar e comunitário para integrar as crianças.

Inovação

A integração de várias áreas de atuação e a abordagem holística do *Integra Bairro* conferem ao projeto um caráter inovador, alinhado com o Artigo 7.º do Regulamento. A articulação de cultura, saúde e educação reflete um modelo abrangente de inclusão social.

V. Conclusão

A decisão do Júri de não aprovar a candidatura da OPAH carece de uma análise mais detalhada e alinhada com os princípios do Regulamento e da administração pública. Por conseguinte, solicitamos a reavaliação da nossa candidatura, considerando a relevância, pertinência e impacto social do projeto *Integra Bairro*.

Nestes termos, requeremos:

1. A reavaliação dos motivos apresentados pelo Júri na Ata n.º 1 de 25 de novembro de 2024.
2. A reconsideração da nossa candidatura, considerando a adequação, pertinência e complementaridade do projeto proposto.
3. A análise das condições de sustentabilidade e inovação que a OPAH apresentou.

Com os melhores cumprimentos,

Danielly Lopes Souza Pereira
Presidente da Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (OPAH)

